

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**PARA REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO, DRENAGEM, OBRAS DE ARTE E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, FUNDAMENTADAS EM TABELAS OFICIAIS (SETOP, SINAPI, SUDECAP, SICRO) E DEMAIS DOCUMENTOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com o planejamento de licitações do Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – (CINCOP-MT), com o plano anual de contratações do CINCOP-MT, quando aplicável, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que, nos termos da Resolução nº 005/2025 do CINCOP-MT, contendo os parâmetros e elementos descritivos constantes no art. 6º, inciso XXIII, e no art. 40, § 1º, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, sintetiza as principais decisões e informações acerca do objeto a ser contratado, a definição da estratégia para a seleção da melhor proposta (com indicação da modalidade eleita, critério de julgamento e modo de disputa), bem como as condições que regerão a futura contratação.

Assim, o presente Termo de Referência configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento de demanda dos entes da federação consorciados, cooperados ou referendados ao CINCOP-MT, com a finalidade de **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de recapeamento, drenagem, obras de arte e pavimentação de vias urbanas e rurais**, e foi antecedido pela elaboração de Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos deste processo licitatório, o qual concluíra pela maior vantagem na contratação do objeto para atendimento da demanda.

## 2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Inicialmente, destaca-se que o Consórcio Interfederativo De Compras Públicas Do Estado De Mato Grosso – CINCOP-MT é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, nos termos da Lei Federal n. 11.107/2005. Conforme previsão do art. 6º, caput, do seu Protocolo de Intenções, podem ingressar no CINCOP-MT a União, o Estado de Mato Grosso e os municípios do Estado de Mato Grosso, sendo que, atualmente, o CINCOP-MT possui 91 municípios consorciados e 118 com protocolo de adesão assinados, espalhados por todas as regiões do Estado de Mato Grosso, conforme a figura abaixo:

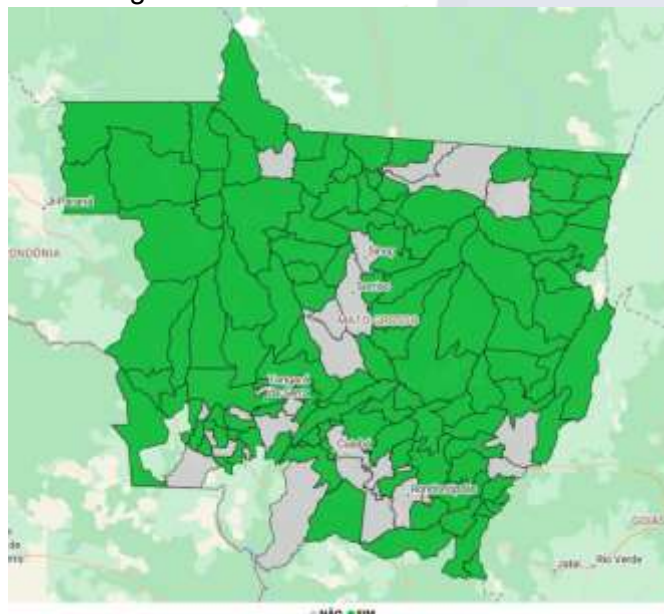


Figura 1: Distribuição dos municípios consorciados ao CINCOP-MT

Os objetivos e finalidades dos CINCOP-MT encontram-se dispostos na cláusula 4º de seu Protocolo de Intenções, quais sejam:

*“4.1. O objeto do Consorcio e exclusivamente a realização de licitações, atuando como uma central de compras, conforme previsto pelo art. 181 da Lei no 14.133/2021, visando a promoção de licitações compartilhadas e a gestão associada de compras públicas para impulsionar a eficiência e competitividade dos consorciados que o integram.*

**4.2. O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - MT tem por finalidades:**

*4.2.1. A gestão associada de compras públicas, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas e a celebração de contratos de fornecimento, especialmente nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, tecnologia e serviços públicos.*

*4.2.2. Representar o conjunto ou parte dos consorciados que o integram em matéria referente a sua finalidade ou de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais.*

*4.2.3. Viabilizar o compartilhamento e/ou o uso conjunto de infraestrutura, instrumentos, equipamentos e tecnologias, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.*

*4.2.4. Exercer as competências dos entes da federação, nos termos do ato de autorização ou delegação.*

*4.2.5. Promover de forma coordenada e articulada o planejamento das compras públicas regionais.*

*4.2.6. Fomentar o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados.*

*4.2.7. Viabilizar ações conjuntas em áreas específicas, mediante a celebração de contratos de fornecimento específicos.*

*4.2.8. Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios.*

*4.2.9. Planejar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e a eficiência nas compras públicas.*

*4.2.10. Promover, estimular e realizar medidas destinadas a otimização das compras públicas, com vistas a economia e competitividade.*

*4.2.11. Promover a integração de ações, programas e projetos desenvolvidos por organismos governamentais, não governamentais e empresas privadas.*

*4.2.12. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor de compras públicas.*

*4.2.13. Promover campanhas educativas e mobilizar a sociedade civil para a gestão participativa nas compras públicas.”.*

Dentre as soluções ofertadas por este Consórcio Público para cumprimento de seus objetivos e suas finalidades, destaca-se a possibilidade de os entes da federação apresentarem suas demandas ao CINCOP-MT, tanto de forma expressa, especialmente para demandas inéditas para o Consórcio, quanto pela utilização contínua das soluções disponibilizadas historicamente pelo CINCOP-MT.

Para atendê-las, o Consórcio Público poderá *“A gestão associada de compras públicas, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas e a celebração de contratos de fornecimento, especialmente nas áreas de saúde,*

educação, infraestrutura, tecnologia e serviços públicos”, nos termos da cláusula 4.2.1, do Protocolo de Intenções.

Nesse modelo, tratando-se de demandas comuns e recorrentes a diversos órgãos e entidades dos entes da federação, a soma dos seus quantitativos através da realização de processo licitatório por Consórcio Público proporciona o “*poder de compra*” e promove a “*economia de escala*”, resultando na economia de dinheiro público e garantindo a racionalidade, a economicidade e a eficiência nas contratações públicas.

A presente contratação, como evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, visa atender às necessidades apresentadas pelos entes consorciados ao CINCOP-MT quanto à **execução de obras e serviços de engenharia voltados à recuperação, manutenção e melhoramento de estradas vicinais**, que constituem a principal malha de escoamento da produção agrícola e o meio de acesso de comunidades rurais aos centros urbanos.

O problema identificado decorre do estado precário de conservação das vias não pavimentadas, da ausência de drenagem adequada e da carência de recursos técnicos e logísticos em diversos municípios para conduzir, isoladamente, licitações e contratos dessa natureza. Essas limitações geram prejuízos diretos à economia local e regional, dificultam o transporte escolar e o escoamento da produção agrícola, além de aumentar os custos de manutenção de veículos e os riscos de acidentes.

A carência de infraestrutura viária rural impacta diretamente a qualidade de vida da população, o acesso aos serviços públicos essenciais e a competitividade das cadeias produtivas municipais, especialmente nos períodos chuvosos, quando muitos trechos se tornam intransitáveis.

O que se busca através desta contratação é mitigar práticas comuns na Administração Pública, como: a falta de padronização das seções de via e dos materiais empregados, a inexistência de projeto técnico em conformidade com normas do DNIT, a insuficiência de drenagem superficial e profunda, e a ausência de manutenção preventiva, resultando em custos crescentes para intervenções corretivas.

Assim, a contratação proposta busca implantar um modelo consorciado de execução de obras vicinais, que proporcione planejamento técnico unificado, padronização de critérios de projeto e execução, escala de contratação e redução de custos operacionais por meio da utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), sob gestão centralizada do CINCOP-MT.

O objetivo é dotar os municípios consorciados de condições técnicas e operacionais para executar obras de qualidade, duráveis e economicamente sustentáveis, conforme os princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação de empresa(s) especializada(s) em obras e serviços de engenharia para estradas vicinais é indispensável à melhoria das condições de mobilidade e infraestrutura rural dos municípios consorciados, representando medida essencial para o fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento local e regional, em consonância com os princípios da administração pública e com o interesse coletivo.

## **2.1. PROCEDIMENTO A SER REALIZADO PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO**

A partir da definição de que a contratação do objeto supracitado realiza o atendimento da demanda apresentada pelos entes da federação consorciados e participantes, cumpre retomar as conclusões já realizadas no Estudo Técnico Preliminar quanto ao modo pelo qual o **CINCOP-MT** disponibilizará a sua contratação.

Inicialmente, destaca-se que, nos termos da regulamentação interna do CINCOP-MT, os serviços de engenharia a serem contratados serão padronizados de forma a atender as finalidades públicas para as quais se destinam, observando-se as especificações técnicas e requisitos mínimos necessários para execução adequada, razão pela qual sua contratação encontra-se autorizada nos termos do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Descarta-se, sumariamente, a realização de **contratação direta** pelo CINCOP-MT para execução dos serviços de engenharia, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas nos arts. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021. No tocante à inexigibilidade por inviabilidade de competição, a pesquisa de preços realizada demonstrou ampla oferta de empresas capacitadas a executar os serviços pretendidos, garantindo a existência de competição efetiva no certame.

Quanto à possibilidade de utilização do **procedimento auxiliar de credenciamento**, verifica-se que a situação não se subsume às hipóteses do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, visto que: a) não é vantajosa para a Administração a contratação em condições padronizadas de preço, por comprometer a economia de escala obtida pela licitação compartilhada; b) os serviços serão utilizados diretamente pela Administração Pública, não sendo possível a seleção pelo beneficiário; e c) não há flutuação constante de valores ou condições de execução que justifique credenciamento.

Dessa forma, não configuradas hipóteses de contratação direta nem de credenciamento, impõe-se o cumprimento do dever constitucional de licitar. A licitação será realizada na **modalidade Concorrência**, sob a **forma eletrônica**, nos termos do art. 28, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão de se tratar de **serviços comuns de engenharia** que demandam julgamento pelo critério de **menor preço global**, conforme previsto no instrumento convocatório, garantindo-se objetividade, isonomia entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa.

Considerando que se trata de contratação destinada a atender, de forma futura e eventual, demandas de diversos órgãos e entidades de entes da federação — consorciados, não consorciados, cooperados e/ou referendados —, e tendo em vista a necessidade de garantir o atendimento de demandas variáveis ao longo do tempo, a forma mais adequada para a execução é a adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

Nos termos do art. 6º, XLV, da Lei Federal nº 14.133/2021, o SRP é o “conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras”. Sua principal vantagem consiste em permitir que a Administração registre preços previamente definidos e realize contratações à medida de suas necessidades,



durante a vigência da ata de registro de preços, **sem obrigatoriedade de contratação**, conforme art. 83 da referida lei.

A ata de registro de preços resultante deste procedimento licitatório terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o fornecimento contínuo e planejado de serviços para atender às demandas dos entes participantes.

No âmbito do CINCOP-MT, o Sistema de Registro de Preços encontra-se regulamentado por ato normativo próprio, que define a **licitação compartilhada** como aquela realizada pelo Consórcio e da qual decorrem contratos administrativos firmados diretamente pelos órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados, não consorciados, cooperados e/ou referendados.

Nesse modelo, existem **duas etapas bem definidas**:

- A **etapa centralizada**, conduzida pela **Central de Compras do CINCOP-MT** (Órgão Gerenciador), responsável pelo planejamento, condução da licitação, seleção dos fornecedores, formalização e gestão da ata de registro de preços, bem como aplicação de penalidades em caso de descumprimento;
- A **etapa descentralizada**, conduzida pelos **Órgãos Participantes**, responsáveis pela adesão, formalização e execução dos contratos administrativos decorrentes da ata, sob sua gestão e fiscalização.

Essa estrutura proporciona ganhos de escala, eficiência administrativa, racionalização de procedimentos repetitivos e redução de custos operacionais, permitindo que municípios de diferentes portes acessem serviços de engenharia com condições mais vantajosas e de forma padronizada.

Por fim, considerando as características técnicas do objeto — serviços de engenharia de recapeamento, drenagem, obras de arte e pavimentação —, optou-se pelo **regime de execução indireta**, na forma de **empreitada por preço global**, conforme art. 46, II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a possibilidade de definir previamente, com boa margem de precisão, as quantidades e serviços a serem executados, facilitando medições, fiscalização e programação financeira.

Diante do exposto, conclui-se que o procedimento mais adequado para a contratação do objeto é a **licitação compartilhada**, na modalidade **Concorrência Eletrônica**, com **critério de julgamento de menor preço global**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços**, com o CINCOP-MT atuando como Órgão Gerenciador do certame.

### **3. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO E CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Como providências mínimas a serem adotadas, sem exclusão de outras que se mostrarem necessárias ao pleno atendimento da demanda, os Órgãos Participantes deverão adotar medidas prévias e concomitantes à contratação, de modo a assegurar condições adequadas para a execução dos serviços de engenharia decorrentes da presente licitação.

Antes do início da execução contratual, é imprescindível que os órgãos contratantes verifiquem as condições físicas, legais e operacionais dos locais de intervenção, garantindo que os terrenos ou áreas estejam devidamente desobstruídos, regularizados e aptos para o início das obras. Deverão ser observadas, quando aplicáveis, as exigências relativas a licenciamento ambiental, autorizações de uso, servidões, remoção de interferências e demais providências administrativas ou técnicas necessárias para viabilizar a implantação do empreendimento.

A Administração contratante deverá ainda assegurar o acesso das equipes, máquinas e materiais ao local da obra, providenciando, quando necessário, autorizações para circulação de veículos pesados, adequação de vias de acesso ou outras medidas logísticas indispensáveis ao correto desenvolvimento das atividades contratadas.

No caso de obras que envolvam diferentes fases ou frentes de serviço, recomenda-se que os órgãos contratantes planejem a disponibilização gradual das áreas, conforme o cronograma físico-financeiro pactuado, evitando paralisações decorrentes da indisponibilidade de frentes de trabalho.

Ressalta-se que, como em qualquer contratação decorrente de licitação compartilhada efetivada por consórcio público, cabe ao órgão ou entidade do ente da federação a adoção de providências administrativas necessárias à execução contratual descentralizada.

Caberá ao **CINCOP-MT** regular o prazo de validade da **Ata de Registro de Preços**, podendo prorrogá-la por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aplicar o índice de reajuste previsto após o período inicial de 12 (doze) meses.

Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas em sua totalidade, independentemente do quantitativo efetivamente contratado no período anterior, não sendo possível cumular com saldos não utilizados. A vigência dos contratos decorrentes observará o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Cada administração que venha a celebrar contratos decorrentes desta ata deverá **designar formalmente fiscais e gestores de contratos**, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021, observando o mínimo de cautelas administrativas, entre as quais destacam-se:

- a) Análise prévia da capacidade orçamentária e financeira para suportar os compromissos decorrentes do contrato;
- b) Celebração de instrumento jurídico adequado à formalização da contratação;
- c) Capacitação técnica dos fiscais e prepostos indicados, preferencialmente mediante cursos específicos sobre fiscalização de obras e serviços de engenharia;
- d) Disponibilização de manual padronizado de fiscalização, contendo indicadores de desempenho, modelos de relatórios e critérios objetivos de verificação da conformidade dos serviços;

- e) Estruturação de canal institucional para recebimento de comunicações de não conformidade e controle de prazos de atendimento por parte da contratada;
- f) Integração entre setores técnicos e o jurídico, de modo a oferecer suporte adequado à equipe de fiscalização em casos de divergências técnicas ou aplicação de sanções;
- g) Verificação prévia das condições do local de execução, incluindo compatibilidade dos projetos executivos com a realidade física, ausência de obstáculos ou interferências que possam comprometer o cronograma;
- h) Adoção de providências para garantir o acesso adequado de equipes, máquinas e insumos, de modo a evitar interrupções ou atrasos na execução contratual;
- i) Compatibilização das fases de execução com outros projetos ou serviços que possam ocorrer na mesma área, evitando sobreposição de intervenções.

Tais providências têm o condão de assegurar o cumprimento efetivo das cláusulas contratuais, em consonância com o princípio da eficiência administrativa e com a responsabilidade da Administração pela gestão dos instrumentos firmados, garantindo que as obras sejam executadas dentro dos parâmetros técnicos e legais previstos.

#### **4. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

##### **4.1. OBJETO**

O presente processo licitatório tem como finalidade a realização de Concorrência, sob a forma eletrônica, tendo como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia, compreendendo recapeamento, drenagem, obras de arte e pavimentação de vias urbanas e rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, em atendimento às necessidades dos órgãos ou entidades dos Entes da Federação consorciados, não consorciados, cooperados ou referendados ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso – CINCOP-MT, na condição de Órgãos Participantes desta licitação.

As contratações decorrentes da presente ata de registro de preços poderão ser realizadas durante a sua vigência, de acordo com os quantitativos estimados e especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e de seus anexos. A vigência da ata será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo-se a possibilidade de atendimento contínuo e planejado das demandas municipais.

A presente contratação visa atender à necessidade premente de recuperação e melhoria da infraestrutura viária urbana e rural dos municípios participantes, a fim de garantir condições adequadas de mobilidade, segurança no



tráfego, escoamento da produção agrícola e acesso a serviços públicos essenciais como saúde, educação e segurança, promovendo, assim, o desenvolvimento econômico e social local e regional.

#### **4.2. NATUREZA**

O objeto do presente processo licitatório é classificado como **serviços de engenharia padronizados**, cuja especificação técnica pode ser definida de forma objetiva, por meio de projetos básicos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais elementos técnicos que integram este Termo de Referência e seus anexos.

A execução ocorrerá de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, sendo possível a adoção do Sistema de Registro de Preços para contratações futuras e eventuais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nos termos da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, que regulamenta a utilização do SRP e das licitações compartilhadas no âmbito do Consórcio, tais serviços são considerados padronizáveis e passíveis de contratação conjunta, possibilitando a racionalização dos procedimentos, a economia de escala e a uniformização técnica das obras contratadas pelos entes participantes.

#### **4.3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 47, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, nas licitações e contratações públicas deverá ser observado o **parcelamento do objeto em tantas parcelas quanto forem técnica e economicamente viáveis**, com vistas a ampliar a competitividade, estimular o aproveitamento das capacidades do mercado e evitar a concentração indevida de fornecedores.

Esse comando legal está alinhado à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual a não adoção do parcelamento somente será admitida quando houver prejuízo à economia de escala, ao conjunto do objeto ou à viabilidade técnica da contratação:

*“Súmula TCU nº 247: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”*

Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União e em consonância com a legislação vigente, o parcelamento do objeto constitui regra nas contratações públicas, sendo o agrupamento em lotes medida excepcional, admissível quando amparada por justificativa técnica e econômica devidamente demonstrada.

No caso em análise, considerando a natureza do objeto e a extensão territorial dos municípios consorciados, adotou-se o parcelamento em **lotes geográficos**, com fundamento técnico-operacional e econômico. A divisão observa a organização territorial prevista na legislação estadual de planejamento e ordenamento regional, o que assegura coerência entre a estrutura da contratação e as características físicas e administrativas das regiões atendidas.

A organização dos serviços em lotes regionais, correspondentes a agrupamentos de municípios situados em uma mesma região de planejamento, possibilita:

- **Otimização logística**, com racionalização do deslocamento de equipes técnicas, realização de manutenções preventivas e corretivas, reposição de equipamentos, vistorias e atendimentos presenciais quando necessários;
- **Adequação das estruturas de suporte**, permitindo que centrais de monitoramento, pontos de apoio regionais e estoques de peças e equipamentos sejam dimensionados de acordo com as particularidades de cada região;
- **Ampliação da competitividade**, ao viabilizar a participação de empresas com atuação regional consolidada, inclusive de médio porte, evitando concentração excessiva do mercado e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

Dessa forma, o parcelamento em lotes geográficos revela-se medida tecnicamente adequada, economicamente justificável e alinhada ao interesse público, pois preserva a eficiência da execução contratual sem comprometer a competitividade do certame.

Com o objetivo de evidenciar o critério técnico adotado para o parcelamento geográfico da contratação, apresenta-se a consolidação dos municípios consorciados ao CINCOP-MT organizados conforme as Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso (Lei nº 9.523/2011).

A estrutura regional abaixo constitui a base técnica para definição dos lotes do certame.

LOTE	REGIÃO	MUNICÍPIOS
Lote 1	Noroeste I	Castanheira, Cotriguaçu, Juruena, Rondolândia
Lote 2	Norte	Apiacás, Colíder, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Terra Nova do Norte
Lote 3	Nordeste	Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Porto Alegre do Norte, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Serra Nova Dourada, Novo Santo Antônio
Lote 4	Leste	Água Boa, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, General Carneiro, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Ponte Branca, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Torixoréu

<b>Lote 5</b>	<b>Sudeste</b>	Alto Araguaia, Alto Garças, Campo Verde, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, Guiratinga, Itiquira, Juscimeira, Paranatinga, Pedra Preta, Poxoréu, Primavera do Leste, Santo Antônio do Leste, Tesouro
<b>Lote 6</b>	<b>Sul</b>	Acorizal, Barão de Melgaço, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé
<b>Lote 7</b>	<b>Sudoeste</b>	Araputanga, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Figueirópolis D'Oeste, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Sapezal, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade
<b>Lote 8</b>	<b>Oeste</b>	Brasnorte, Nova Olímpia, Tangará da Serra
<b>Lote 9</b>	<b>Centro-Oeste</b>	Diamantino, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringá, São José do Rio Claro
<b>Lote 10</b>	<b>Centro</b>	Ipiranga do Norte, Itanhangá, Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato, Tapurah
<b>Lote 11</b>	<b>Noroeste II</b>	Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Tabaporã
<b>Lote 12</b>	<b>Centro Norte</b>	Cláudia, Feliz Natal, Itaúba, Marcelândia, Nova Ubiratã, Santa Carmem, União do Sul, Vera

Por outro lado, concluiu-se que o fracionamento excessivo do objeto, com divisão em inúmeros contratos individualizados por município, por trecho específico de via ou por tipo isolado de intervenção (recapeamento, drenagem ou obra de arte), em substituição aos lotes regionais, acarretaria efeitos contraproducentes sob os aspectos técnico, econômico e administrativo. Tal modelagem implicaria perda relevante de economia de escala, em razão da pulverização das frentes de obra em ajustes contratuais de pequeno vulto, reduzindo a eficiência global da contratação.

Haveria, ainda, elevação dos custos unitários, pois cada empresa contratada precisaria promover sucessivas mobilizações e desmobilizações de equipamentos pesados, instalação de canteiros provisórios, deslocamento de equipes técnicas e transporte de insumos (como CAP, agregados e concreto), para atender a volumes reduzidos de serviços. Essa fragmentação comprometeria a adequada diluição dos custos fixos inerentes às obras de engenharia, impactando negativamente os preços ofertados à Administração. Soma-se a isso o aumento da complexidade administrativa, decorrente da gestão simultânea de múltiplos contratos, medições, cronogramas físico-financeiros e fiscalizações descentralizadas, dificultando o controle, a padronização dos procedimentos e a governança pelos entes consorciados.

Outro ponto crítico seria o risco de despadronização técnica e de controle tecnológico das obras, podendo coexistir, em uma mesma região, diferentes metodologias executivas, padrões de compactação, espessuras de camada, critérios de drenagem e controles de qualidade distintos, comprometendo a uniformidade das soluções adotadas e a durabilidade das intervenções realizadas.

A adoção de lotes geográficos estruturados conforme a organização regional do Estado concilia, de forma equilibrada:

- o comando legal de parcelamento do objeto, evitando a concentração da contratação em um único fornecedor para todo o território estadual;
- a preservação da economia de escala dentro de cada região, com melhor aproveitamento da mobilização de equipamentos e insumos;
- a padronização técnica das soluções de engenharia e dos critérios de controle tecnológico em âmbito regional;
- a ampliação da competitividade, permitindo a participação de empresas com capacidade operacional compatível com determinada macrorregião, ainda que não possuam estrutura para atender a totalidade do Estado.

Dessa forma, a solução adotada, divisão do objeto em lotes geográficos, com adjudicação pelo menor preço global por lote, mostra-se alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e ampla competitividade, além de compatível com a lógica de organização territorial estadual e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, preservando o interesse público e assegurando a viabilidade técnica da execução das obras de engenharia.

#### **4.3.1. Justificativa técnica e logística para o agrupamento por lote:**

O presente processo licitatório visa atender 91 municípios consorciados ao CINCOP-MT, abrangendo um território de aproximadamente 903.357 km<sup>2</sup>, o que representa uma das maiores extensões territoriais estaduais do país. Essa ampla cobertura geográfica impõe desafios técnicos e logísticos significativos para a execução simultânea e padronizada dos serviços de engenharia contratados.

A adoção de adjudicação item a item, pulverizando a contratação em múltiplas empresas para pequenos trechos ou frentes de serviço isoladas, acarretaria custos logísticos elevados e perda de eficiência, uma vez que empresas vencedoras de poucos itens teriam que mobilizar equipes, equipamentos e insumos pesados para localidades muito distantes entre si, com baixa escala de execução. Tal cenário tende a:

- Elevar os custos das propostas, pois os licitantes incorporariam os riscos e custos adicionais de mobilizações repetidas e deslocamentos longos entre frentes de serviço, reduzindo margens para descontos significativos;
- Aumentar o risco de atrasos na execução, pois empresas responsáveis por pequenos lotes tenderiam a postergar a mobilização até atingirem volumes economicamente viáveis, impactando diretamente o cronograma das obras e, por consequência, a mobilidade urbana, o escoamento de produção e o acesso a serviços públicos nos municípios;

- Elevar o risco de inexecuções parciais ou rescisões contratuais, diante da complexidade logística de múltiplas frentes pulverizadas e da dificuldade de gestão de inúmeros contratos de pequena escala.

Diante desse contexto, a opção pelo agrupamento em lotes técnicos ou geográficos permite compatibilizar a economia de escala, a padronização técnica dos serviços, a otimização logística e a melhor gestão centralizada da ata de registro de preços pelo CINCOP-MT, assegurando maior atratividade ao certame, preços mais competitivos e execução mais eficiente.

#### **4.3.2. Vantagens do agrupamento em lotes**

A alternativa técnica mais racional para a presente contratação consiste no **agrupamento dos serviços de engenharia em grandes lotes, organizados por afinidade técnica e/ou geográfica**, de forma a compatibilizar as necessidades dos 91 municípios participantes com a escala territorial abrangida pelo CINCOP-MT.

Essa estrutura de agrupamento permite:

- Economia de escala efetiva, uma vez que as empresas contratadas poderão mobilizar equipes, maquinários e usinas de produção em uma única operação logística para atender diversos municípios de uma mesma região ou conjunto técnico, diluindo custos fixos e reduzindo significativamente o custo unitário dos serviços;
- Maior atratividade da licitação, ao viabilizar a participação de empresas com maior capacidade técnica e financeira, aptas a formular propostas mais competitivas e sustentáveis economicamente, inclusive com a possibilidade de concessão de descontos reais nos preços ofertados;
- Otimização dos prazos de execução, pois a concentração de serviços em lotes tecnicamente coerentes permite um planejamento integrado das frentes de trabalho, utilização racional de equipes e equipamentos e melhor organização das rotas logísticas, favorecendo o atendimento simultâneo de diferentes municípios;
- Padronização técnica da execução, assegurando uniformidade de métodos construtivos, materiais, espessuras de camadas, sinalização e demais especificações técnicas ao longo das diversas frentes de serviço, evitando fragmentação de soluções técnicas e garantindo qualidade homogênea das obras;
- Facilidade de fiscalização, gestão e recebimento, uma vez que a redução no número de fornecedores e na dispersão contratual permite maior controle por parte dos órgãos participantes e do CINCOP-MT, simplificando rotinas de acompanhamento, fiscalização de campo e aplicação de penalidades quando necessárias.

#### **4.3.3. Conclusão: fundamentação legal e decisão técnica**



Embora o parcelamento do objeto em pequenos lotes ou frentes isoladas seja juridicamente possível e, em alguns casos, tecnicamente viável, no presente caso essa solução não se revela vantajosa. A natureza dos serviços de engenharia a serem executados, a abrangência territorial e a necessidade de padronização técnica e logística tornam o fracionamento excessivo uma alternativa menos eficiente, que poderia acarretar aumento de custos de mobilização, fragmentação técnica da execução, dificuldades de fiscalização e riscos operacionais adicionais para os entes consorciados.

Por outro lado, o agrupamento racional em lotes técnicos ou geográficos proporciona maior economicidade, racionalidade administrativa, padronização de métodos construtivos, otimização de cronogramas e logística integrada, além de maior atratividade do certame para empresas com capacidade técnica e operacional adequada à dimensão do objeto.

Essa decisão está amparada no art. 47, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, bem como em fundamentos técnicos e econômicos amplamente reconhecidos. Trata-se, portanto, de uma escolha técnica e juridicamente fundamentada, voltada à maximização do interesse público e à eficiência na execução das obras.

#### **4.3.4 Aumento da complexidade da gestão e fiscalização contratual**

A celebração de múltiplas atas de registro de preços com múltiplos fornecedores, seguida da contratação descentralizada de diversas empresas para a execução de serviços de engenharia em municípios distintos, geraria aumento expressivo da complexidade administrativa e técnica para os órgãos participantes e para o CINCOP-MT enquanto órgão gerenciador.

Tal cenário acarretaria:

- Maior carga de trabalho administrativo para os órgãos participantes, que teriam de gerenciar simultaneamente múltiplos contratos, prazos de vigência distintos, comunicações formais, ordens de serviço e controles financeiros fragmentados;
- Elevação dos custos indiretos de fiscalização técnica, com necessidade de designar mais equipes de fiscalização de campo, multiplicar deslocamentos, intensificar atividades de medição e acompanhamento de obras, além de realizar diversos recebimentos provisórios e definitivos em cronogramas não sincronizados;
- Aumento do risco de inconsistências técnicas e litígios administrativos, devido à dificuldade de coordenar padrões construtivos entre diferentes empresas, à sobreposição de frentes de serviço, a divergências de cronogramas e à aplicação fragmentada de sanções e mecanismos de controle.

Esse aumento de complexidade comprometeria diretamente a eficiência administrativa, a economicidade e a padronização técnica das obras, contrariando os objetivos estratégicos da contratação compartilhada.

#### **4.3.5 Risco à efetividade e ao interesse público**

A despadronização técnica, o aumento de custos operacionais, a fragmentação de frentes de serviço e a complexificação da gestão contratual podem comprometer a plena satisfação das necessidades públicas, contrariando o interesse público primário, que deve orientar a licitação e a execução dos contratos.

Diante do exposto, a contratação foi estruturada em oito lotes fechados, definidos com base em critérios técnicos e geográficos, agrupando os serviços de engenharia por afinidade de execução, logística e características operacionais, sem parcelamento excessivo em frentes isoladas.

Essa estratégia:

- Preserva a padronização técnica da execução, garantindo uniformidade de métodos construtivos, materiais, padrões de qualidade e procedimentos técnicos em todos os municípios;
- Assegura maior economia de escala, com mobilização única de usinas, maquinário e equipes para atender vários municípios em sequência ou simultaneamente;
- Otimiza a logística de execução e a gestão contratual, reduzindo deslocamentos ociosos, sobreposição de frentes e riscos de descoordenação;
- Minimiza os riscos administrativos e operacionais, ao reduzir a quantidade de fornecedores e contratos a serem fiscalizados e coordenados;
- Promove o atendimento eficiente, seguro e tempestivo dos municípios consorciados, garantindo maior controle técnico e financeiro.

O modelo adotado respeita o princípio da ampla competitividade, uma vez que os lotes foram definidos de modo a não restringir injustificadamente a participação de licitantes, em conformidade com a legislação e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

A estrutura em apenas três lotes atende ao disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que determina que as contratações públicas devem atender ao interesse público de maneira eficiente, evitando a fragmentação excessiva.

*“A licitação destina-se a garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, atendendo ao interesse público.” (art. 11, caput, Lei nº 14.133/2021)*

Além disso, a redução no número de fornecedores envolvidos favorece a execução coordenada, evita atrasos decorrentes de fragmentação contratual e facilita o controle sobre prazos e qualidade técnica.

No tocante à divisão do objeto em cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Federal nº 8.538/2015, a sua aplicação no presente caso não se revela recomendável, pois poderia comprometer a execução integrada e a padronização técnica, exigidas pela natureza do objeto.

A divisão em cotas tenderia a duplicar a quantidade de lotes e contratos, gerar cronogramas distintos, aumentar custos de fiscalização e criar riscos de divergências técnicas e logísticas entre empresas contratadas, em prejuízo da economicidade e da eficiência. Ademais, muitas microempresas não dispõem de capacidade operacional, estrutura logística e robustez financeira compatíveis com a execução simultânea de obras em larga escala e em território extensivo, o que poderia resultar em atrasos, descumprimentos contratuais ou fracassos parciais do certame.

Diante dos fundamentos expostos, e considerando a natureza técnica do objeto, a exigência de logística coordenada e a necessidade de padronização construtiva, conclui-se que a divisão do certame em cotas para ME/EPP não se mostra vantajosa para o CINCOP-MT neste caso específico, podendo comprometer a economicidade, a eficiência e a plena consecução do interesse público.

#### **4.4. QUANTITATIVOS**

Após abertura da Intenção de Registro de Preço (IRP), foi possível consolidar os itens constantes no processo licitatório e mensurar os quantitativos a serem licitados, conforme demanda dos órgãos ou entidades dos Entes da Federação, exposta na tabela abaixo.

A definição dos quantitativos estimados para o presente Registro de Preços foi realizada com base em critérios técnicos objetivos, utilizando dados oficiais e metodologia padronizada, de modo a assegurar coerência, proporcionalidade e compatibilidade com a realidade dos municípios consorciados, em observância ao princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

A metodologia adotada foi estruturada de forma distinta para o **Item 7 (pavimentação de vias rurais)** e para os **Itens 1 a 6 (recapeamento e recuperação de pavimento, com ou sem drenagem e sinalização, incluindo microrevestimento)**.

##### **4.4.1. Metodologia para os Itens 1 a 6 – Recapeamento e Recuperação de Pavimento**

Para os Itens 1 a 6, os quantitativos foram definidos com base em critério proporcional ao porte populacional do município, considerando a relação direta entre densidade urbana, extensão da malha viária pavimentada e necessidade potencial de intervenções de manutenção e recapeamento.

Adotou-se a seguinte parametrização:

- Municípios com até 20.000 habitantes: estimativa de 2 km por item;
- Municípios de 20.001 a 50.000 habitantes: estimativa de 4 km por item;
- Municípios de 50.001 a 100.000 habitantes: estimativa de 5 km por item;
- Municípios acima de 100.000 habitantes: estimativa de 10 km por item.

Após a definição da extensão correspondente à faixa populacional, procedeu-se à conversão para metros quadrados (m<sup>2</sup>), unidade adotada nos itens licitados.

Para tanto, a extensão em quilômetros foi multiplicada por 1.000 (para conversão em metros lineares) e, posteriormente, multiplicada pela largura média estimada de 7 (sete) metros, resultando na área estimada por item.

A fórmula aplicada foi: Extensão (km) × 1.000 × 7 = área estimada em m<sup>2</sup> por item.

Essa sistemática foi aplicada individualmente a cada item (1 a 6), garantindo uniformidade metodológica e proporcionalidade entre os municípios.

#### **4.4.2. Metodologia para o Item 7 – Pavimentação de vias rurais**

Para a estimativa do quantitativo do Item 7, foi utilizada como base oficial a publicação da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, referente ao Coeficiente do Índice de Participação dos Municípios – IPM/ICMS/IMINFRA, conforme Portaria/AMM nº 34/2025, publicada no IOMAT – Edição nº 29.060, de 26 de agosto de 2025, página 108, que divulga a quilometragem da malha viária municipal não pavimentada para efeito financeiro no exercício de 2026.

Com base na quilometragem oficial informada (em quilômetros), adotou-se a seguinte metodologia de cálculo:

Inicialmente, a extensão em quilômetros foi convertida para metros lineares, mediante multiplicação por 1.000 (mil), obtendo-se o total de metros de vias não pavimentadas.

Na sequência, para conversão da extensão linear em área, considerou-se uma largura média estimada de 7 (sete) metros para vias rurais, parâmetro técnico usual em projetos de pavimentação municipal. Assim, os metros lineares apurados foram multiplicados por 7, resultando na área total estimada em metros quadrados (m<sup>2</sup>).

Por fim, considerando a natureza futura e eventual do Sistema de Registro de Preços e com o objetivo de evitar superdimensionamento, aplicou-se o percentual de **0,1% (zero vírgula um por cento)** sobre a área total obtida. O resultado dessa aplicação corresponde ao quantitativo final estimado para o Item 7.

Tal metodologia assegura que o quantitativo estimado seja proporcional à malha viária rural existente, sem comprometer a economicidade ou gerar expectativa de contratação integral do montante apurado.

#### **4.4.3. Metodologia para os Itens 1 a 6 – Recapeamento e Recuperação de Pavimento**

Para os Itens 1 a 6, os quantitativos foram definidos com base em critério proporcional ao porte populacional do município, considerando a relação direta entre densidade urbana, extensão da malha viária pavimentada e necessidade potencial de intervenções de manutenção e recapeamento.

Adotou-se a seguinte parametrização:

- Municípios com até 20.000 habitantes: estimativa de 2 km por item;
- Municípios de 20.001 a 50.000 habitantes: estimativa de 4 km por item;

- Municípios de 50.001 a 100.000 habitantes: estimativa de 5 km por item;
- Municípios acima de 100.000 habitantes: estimativa de 10 km por item.

Após a definição da extensão correspondente à faixa populacional, procedeu-se à conversão para metros quadrados (m²), unidade adotada nos itens licitados.

Para tanto, a extensão em quilômetros foi multiplicada por 1.000 (para conversão em metros lineares) e, posteriormente, multiplicada pela largura média estimada de 7 (sete) metros, resultando na área estimada por item.

A fórmula aplicada foi: Extensão (km) × 1.000 × 7 = área estimada em m² por item.

Essa sistemática foi aplicada individualmente a cada item (1 a 6), garantindo uniformidade metodológica e proporcionalidade entre os municípios.

#### 4.4.4. Fundamentação da metodologia adotada

A metodologia empregada atende aos seguintes critérios:

- Resolução nº 14/2025 – CINCOP/MT;
- utilização de dado oficial publicado pela AMM (no caso do Item 7);
- adoção de critério objetivo e verificável (porte populacional) para os Itens 1 a 6;
- padronização da unidade de medida em metros quadrados (m²);
- aplicação de fator redutor prudencial no Item 7 (0,1%) para evitar superestimativa;
- compatibilidade com a natureza do Sistema de Registro de Preços, que não impõe obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

Ressalta-se que os quantitativos previstos constituem mera estimativa para fins de planejamento e formação da Ata de Registro de Preços, podendo as contratações decorrentes ocorrerem de forma parcial, conforme a necessidade, conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária de cada município participante.

Dessa forma, os quantitativos estimados mostram-se tecnicamente fundamentados, proporcionais à realidade municipal e compatíveis com os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

LOTE 01 – REGIÃO NOROESTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	56.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	56.000



3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	56.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	56.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	56.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	56.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	233.548,70

LOTE 02 – REGIÃO NORTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	126.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	126.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	126.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	126.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	126.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	126.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	471.335,20

LOTE 03 – REGIÃO NORDESTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	168.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	168.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	168.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	168.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	168.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	168.000

7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	811.088,60
---	--	----	------------

LOTE 04 – REGIÃO LESTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	224.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	224.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	224.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	224.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	224.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	224.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	1.195.444,60

LOTE 05 – REGIÃO SUDESTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	315.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	315.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	315.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	315.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	315.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	315.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	1.185.430,40

LOTE 06 – REGIÃO SUL			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	84.000

2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	84.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	84.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	84.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	84.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	84.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	307.811,00

LOTE 07 – REGIÃO SUDOESTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	140.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	140.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	140.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	140.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	140.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	140.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	524.702,50

LOTE 08 – REGIÃO OESTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	98.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	98.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	98.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	98.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	98.000

6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	98.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	338.527,00

LOTE 09 – REGIÃO CENTRO-OESTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	84.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	84.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	84.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	84.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	84.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	84.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	274.075,20

LOTE 10 – REGIÃO CENTRO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	91.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	91.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	91.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	91.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	91.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	91.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	209.938,40

LOTE 11 – REGIÃO NOROESTE II			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD

1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	70.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	70.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	70.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	70.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	70.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	70.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	436.189,60

LOTE 12 – REGIÃO CENTRO NORTE			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	112.000
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	112.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	112.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	112.000
5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	112.000
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	112.000
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	735.409,50

LOTE 13 – DEMAIS ENTES			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0823)	m²	1.500.499,70
2	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos. (COP0824)	m²	700.000
3	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0825)	m²	252.000
4	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de pavimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0826)	m²	579.600



5	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, sem drenagem e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0827)	m²	25.200
6	Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de recapeamento com microrrevestimento, incluindo serviços de drenagem superficial e sinalização, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0828)	m²	25.200
7	Prestação de serviços de engenharia para execução de pavimentação de vias rurais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários. (COP0829)	m²	126.000,00

\* Tratando-se de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos acima discriminados não obrigam a contratação pela administração pública, nos termos do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 7 da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

#### 4.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 4, caput, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas, conforme art. 4, § 1º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT.

A opção pela metodologia acima - renovação dos quantitativos em razão da prorrogação da ata, a despeito de devidamente regulamentada pelo CINCOP-MT, justifica-se pelo fato de que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual<sup>1</sup> e, dessa forma, a estimativa feita para a ata de registro de preços é anual. Nesse contexto, sendo vantajosa a manutenção da ata, a prorrogação é adequada para administração, podendo prorrogar, por mais um ano, o quantitativo anual anteriormente previsto.

Além do mais, esta medida – prorrogação de ata com a consequente prorrogação dos quantitativos – impede que as atas de registro de preços sejam superestimadas visando a existência de saldo na sua prorrogação.

Essa temática vem sendo examinada pela doutrina, tendo Ronny Charles atingido à seguinte conclusão:

*“[...] Também parece inadequado defender que não seria possível renovar os quantitativos porque a prorrogação teria apenas como utilidade a conclusão do resíduo previsto na Ata. Ora, partindo do pressuposto que o planejamento foi sério e anual, o resíduo a ser contratado significaria apenas um pequeno percentual do previsto na ata de registro de preços. Se fosse para tratar a prorrogação da ata de maneira estrita, equiparando-a à continuidade de um contrato de escopo, não faria sentido o texto legal já definir que a prorrogação se daria por mais um ano, mesmo período da vigência inicial da ata de registro de preços, já que na prorrogação de um instrumento para a conclusão da execução (escopo) o período*

<sup>1</sup> Art. 40 da Lei Federal n. 14.133/21

*acrescido deve ser o estritamente necessário à conclusão do objeto (fornecimento).*

*Ao definir que prorrogação (renovação) da ata de registro de preços se dará pelo mesmo período original[4], o legislador parece ter indicado uma modelagem de renovação, similar à outrora admitida para os serviços continuados, nas prorrogações admitidas pelo inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.*

*Nessa linha de entendimento, a **decisão administrativa de prorrogação da ata de registro de preços, que apenas deverá ocorrer quando o preço for vantajoso, permitirá a renovação do referido instrumento por mais um ano, admitindo a renovação de seus quantitativos**. Exemplificando: se o planejamento da pretensão contratual identificou uma necessidade anual de 10.000 unidades, após o final da vigência ordinária de 01 ano, o instrumento poderia ser prorrogado por mais um ano, com a renovação do quantitativo, admitindo que no segundo ciclo de vigência (renovação) mais 10.000 unidades fossem contratadas pelo gerenciador e eventuais participantes.*

*Em suma, parece-nos que o legislador, ao se referir à prorrogação da Ata, optou pela possibilidade de renovação do instrumento, **o que repercute na possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente previstos para o ciclo anual original** (<https://ronnycharles.com.br/prorrogacao-da-ata-erenovacao-dos-quantitativos-fixados-na-licitacao/>, sem grifo no original).*

Em idêntico sentido dispõe o enunciado 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal: no caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório.

Ademais, o PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, emitido pela Advocacia Geral da União é no sentido de que:

**“EMENTA:**

*I- Consulta, apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a respeito da possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços.*

*II- Fixação da interpretação do art. 84, da Lei nº 14.133/2021 (NLLC), e dos arts. 22 e 23, do Decreto nº 11.462, de 2023.*

*III- **Conclusão pela possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços**, desde que: a) seja comprovado o preço vantajoso; b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação; d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.”.*

Nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o prazo de vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços não se confunde com aquele

da ata de registro de preços, mas deverá ser assinado durante a vigência da ata e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na realização de **Registro de Preços para futura e eventual contratação compartilhada de empresa especializada em serviços de engenharia**, destinados à execução de **recapamento asfáltico, pavimentação de vias urbanas e rurais, implantação e recuperação de sistemas de drenagem e execução de obras de arte correntes**, com fornecimento de materiais, equipamentos, insumos e mão de obra, em atendimento às demandas dos municípios integrantes do CINCOP-MT.

A contratação abrangerá todas as etapas necessárias à adequada execução das intervenções, compreendendo, conforme o caso: mobilização e desmobilização de canteiro, serviços preliminares, terraplenagem, regularização e compactação de subleito, execução de base e sub-base, aplicação de revestimento asfáltico (CBUQ ou equivalente), implantação de dispositivos de drenagem superficial e profunda, execução de bueiros, galerias e demais obras de arte correntes, sinalização viária e controle tecnológico dos serviços executados, em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e planilhas orçamentárias fundamentadas nas tabelas oficiais (SETOP, SINAPI, SUDECAP, SICRO).

A licitação será conduzida de forma centralizada pelo CINCOP-MT, na modalidade **Concorrência Eletrônica**, com critério de julgamento pelo **menor preço global por lote**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da legislação aplicável e da regulamentação interna do Consórcio.

O CINCOP-MT atuará como **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, responsável pelo planejamento da contratação, consolidação das estimativas, elaboração dos estudos técnicos preliminares, condução do certame e gestão da ata, cabendo aos municípios participantes a formalização dos contratos decorrentes, conforme suas necessidades específicas, prioridades locais e disponibilidade orçamentária.

A solução foi estruturada em **12 (doze) lotes geográficos**, correspondentes às Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso, de modo a compatibilizar a execução contratual com:

- a extensão territorial dos municípios consorciados;
- a logística de mobilização de equipamentos e equipes técnicas;
- a necessidade de padronização técnica das intervenções;
- a preservação da economia de escala regional.

Cada lote poderá contemplar os serviços de engenharia previstos no Termo de Referência, com execução sob demanda, mediante emissão de ordem de serviço pelo município contratante, acompanhada de projeto básico ou executivo específico, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

O agrupamento do objeto em lotes regionais, com adjudicação pelo menor preço global por lote, fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e econômicos, considerando:

- i. a necessidade de mobilização de usinas, equipamentos pesados e equipes multidisciplinares;
- ii. a relevância da padronização metodológica e do controle tecnológico das obras;
- iii. a busca por economia de escala na aquisição de insumos e na execução simultânea de múltiplas frentes de trabalho dentro da mesma região;
- iv. a redução de custos logísticos e de deslocamento.

Essa modelagem permite ao CINCOP-MT e aos Municípios Participantes:

- Assegurar padronização técnica das soluções de pavimentação e drenagem, com observância uniforme das normas técnicas e das composições referenciais oficiais;
- Otimizar a mobilização de equipamentos e insumos, reduzindo custos com transporte, instalação de canteiros e desmobilização;
- Ampliar a competitividade, possibilitando a participação de empresas com atuação regional consolidada e capacidade técnica compatível com o porte das intervenções;
- Preservar a economia de escala dentro de cada macrorregião, promovendo melhor diluição de custos fixos e operacionais;
- Reduzir a complexidade administrativa, evitando a pulverização excessiva de contratos e facilitando o acompanhamento da execução, das medições e do controle tecnológico;
- Garantir flexibilidade contratual própria do SRP, permitindo que cada município contrate apenas os quantitativos efetivamente necessários durante a vigência da ata, sem obrigatoriedade de utilização integral dos valores estimados.

Dessa forma, a solução proposta, execução compartilhada de serviços de engenharia para pavimentação, recapeamento, drenagem e obras de arte, estruturada em lotes regionais, sob Sistema de Registro de Preços e Concorrência Eletrônica, mostra-se técnica, econômica e juridicamente adequada, pois promove planejamento integrado, eficiência operacional, racionalização de custos, ampliação da competitividade e fortalecimento da governança interfederativa, atendendo aos objetivos institucionais do CINCOP-MT e às necessidades dos municípios consorciados.

### **5.1. DA AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A Lei Federal n. 14.133/2021 traz ainda em seu texto legal, como um de seus objetivos, a análise de solução/contratação mais vantajosa para compras públicas, de modo particular na fase preparatória do processo licitatório, considerando o ciclo de vida do objeto, conforme dispõem o art. 11, inciso I, e o art. 18, inciso VIII, ambos do referido texto legal:

*“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*

*I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;*

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*[...] VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;”.*

Reforça-se que a legislação licitatória traz que este tema é conteúdo a ser acrescido ao Estudo Técnico Preliminar, apresentando a descrição da solução como um todo:

*“Art. 18 [...]*

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

*[...] VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;”.*

E, conforme leciona Marçal Justen Filho<sup>2</sup> acerca da descrição da solução realizada no Estudo Técnico Preliminar, nela “não é cabível ignorar o ciclo de vida útil do objeto, nem as características que exijam providências complementares posteriores ao recebimento da prestação principal”.

Assim, para fins de definição das etapas exigidas para a análise do ciclo de vida do objeto, extrai-se do art. 34, § 1º, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, “*entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida*”, estão a “*manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado*”. Da mesma forma, ao dispor sobre a descrição da solução como um todo em seu art. 18, § 1º, inciso VII, a legislação incluiu as “*exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso*”.

Buscando uma integração da legislação licitatória com as demais normativas existentes, cumpre mencionar ainda que a Lei Federal n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu art. 3º, inciso IV, define o ciclo de vida como a “*série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final*”. Por fim, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Consultoria-Geral da União, em sua 5ª edição, de agosto de 2022, busca realizar uma divisão mais objetiva do ciclo de vida, fazendo-a em quatro etapas essenciais: produção, distribuição, uso e disposição/destinação final.

Com fundamento nos pontos supracitados, observa-se que a descrição do ciclo de vida deve considerar tanto as características intrínsecas ao uso dos bens quanto as etapas que ocorrem desde a sua produção até a sua disposição final, com a análise, conforme a necessidade, do impacto ambiental em cada uma dessas etapas.

---

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 357.



Para fins do presente processo licitatório, adotou-se como base a divisão feita pela Consultoria-Geral da União em seu Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, subsídio recentíssimo e que já considerou, em sua elaboração, tanto as disposições da legislação licitatória quanto aquelas da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Analisando, contudo, o singular destaque dado pela Lei Federal n. 14.133/2021 às questões relativas à manutenção do bem ao descrever o seu ciclo de vida (art. 18, § 1º, inciso VII, e art. 34, § 1º), optou-se por abordá-las em uma etapa à parte do uso, estando, assim, dividido o ciclo de vida em: produção, distribuição, uso, manutenção e disposição final.

- I. **Produção:** É a primeira fase do ciclo de vida de um objeto. Nessa etapa, são realizados todos os processos necessários para criar o produto, incluindo o seu planejamento, a obtenção de matérias-primas, a fabricação, a montagem e os testes.
- II. **Distribuição:** É a fase seguinte, na qual o produto é transportado e disponibilizado ao consumidor final. Essa etapa inclui o armazenamento, o transporte, a embalagem e a entrega do produto pelo fornecedor.
- III. **Uso:** É a fase principal, em que o consumidor utiliza o produto por um período ou o consome, se for o caso. Considera-se aqui a sua função, facilidade e instruções de uso, quem o utilizará, vida útil e segurança.
- IV. **Manutenção:** É a fase em que ocorrem as atividades de reparo, armazenagem, limpeza e conservação do produto para mantê-lo funcionando adequadamente e prolongar sua vida útil. Ocorre tanto por parte do usuário do produto, através das informações e suporte técnico a serem fornecidos pelo fabricante/fornecedor, quanto diretamente por este, ao realizar a assistência técnica, o conserto ou mesmo a substituição.
- V. **Disposição final:** É a última fase do ciclo de vida de um bem, que se refere à forma como o produto é descartado após o fim de sua vida útil. Deve dispor sobre as possibilidades para tal, os meios de realizá-las e os impactos ambientais de cada uma.

## 5.2. PRODUÇÃO

A fase de produção, no contexto da presente contratação, corresponde à etapa de extração, beneficiamento, fabricação e preparo dos insumos, materiais e componentes empregados na execução das obras e serviços de engenharia, bem como à disponibilização e preparação dos equipamentos necessários à execução contratual.

Nessa etapa, são considerados:

- a) Produção de insumos asfálticos (CAP, emulsões, CBUQ), agregados minerais, cimento, aço, tubos de concreto ou PEAD, dispositivos de drenagem e demais materiais empregados nas intervenções;
- b) Extração e beneficiamento de jazidas licenciadas, com observância das normas ambientais e de exploração mineral, assegurando regularidade jurídica e ambiental dos fornecedores;

- c) Controle tecnológico na usinagem de massa asfáltica, com atendimento às faixas granulométricas, teor de ligante e parâmetros de desempenho previstos nas normas técnicas aplicáveis (DNIT, ABNT e manuais técnicos correlatos);
- d) Fabricação de elementos pré-moldados e dispositivos de drenagem com controle de qualidade e rastreabilidade de lotes;
- e) Manutenção preventiva e adequação dos equipamentos de obra (vibroacabadoras, rolos compactadores, motoniveladoras, escavadeiras, caminhões basculantes, usinas móveis ou fixas de asfalto), assegurando eficiência operacional e redução de emissões;
- f) Adoção de boas práticas ambientais no processo produtivo, incluindo redução de desperdícios, reaproveitamento de fresado asfáltico quando tecnicamente viável e destinação adequada de resíduos industriais.

Os fornecedores deverão comprovar que os materiais e insumos empregados atendem às normas técnicas vigentes e que suas fontes de fornecimento encontram-se devidamente regularizadas junto aos órgãos ambientais competentes.

### **5.3. DISTRIBUIÇÃO**

A fase de distribuição compreende a logística de transporte de insumos, mobilização de equipamentos, instalação de canteiros e deslocamento de equipes até os locais indicados pelos municípios contratantes.

Deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) Transporte adequado de insumos e equipamentos, com observância das normas de segurança viária e ambiental;
- b) Planejamento logístico compatível com a divisão regional dos lotes, de modo a otimizar rotas e reduzir custos operacionais;
- c) Mobilização e desmobilização de canteiro de obras, incluindo estrutura provisória, armazenamento de materiais e organização das frentes de serviço;
- d) Garantia de rastreabilidade dos insumos transportados, especialmente no caso de massa asfáltica usinada, assegurando controle de temperatura e tempo de aplicação;
- e) Implantação de sinalização temporária de obras, conforme normas do CONTRAN e manuais de sinalização viária;
- f) Coordenação prévia com o município contratante quanto ao cronograma executivo e eventuais impactos no tráfego local.

Toda a logística de transporte, mobilização e organização das frentes de trabalho será de responsabilidade da contratada, sem custos adicionais além daqueles previstos na planilha contratual.

### **5.4. USO**

A fase de uso corresponde ao período de fruição das obras executadas pela coletividade, após o recebimento provisório e definitivo dos serviços pelo município contratante.

Nesta etapa, destacam-se:

- a) Utilização das vias urbanas e rurais pavimentadas ou recapeadas, com melhoria das condições de trafegabilidade, segurança viária e conforto dos usuários;
- b) Funcionamento adequado dos sistemas de drenagem implantados ou recuperados, prevenindo alagamentos, erosões e deterioração precoce do pavimento;
- c) Desempenho estrutural das obras de arte correntes (bueiros, galerias, pontilhões), assegurando escoamento hídrico eficiente;
- d) Atendimento aos parâmetros de durabilidade previstos em projeto, considerando volume de tráfego, condições climáticas e características geotécnicas locais;
- e) Redução de custos futuros de manutenção corretiva decorrentes da execução com observância às normas técnicas e controle tecnológico adequado.

A adequada execução da obra, com observância das especificações técnicas e controle de qualidade, influencia diretamente na vida útil da intervenção e na redução do custo global ao longo do tempo, sendo elemento essencial da vantagem da contratação sob a ótica do ciclo de vida.

## **5.5. MANUTENÇÃO**

A manutenção integra o ciclo de vida do objeto, ainda que, nos contratos decorrentes do Registro de Preços, a responsabilidade direta da contratada esteja limitada ao período contratual e às garantias legais e contratuais aplicáveis.

Nessa etapa, consideram-se:

- a) Responsabilidade técnica da contratada pela solidez e segurança da obra, nos termos do Código Civil e da legislação aplicável;
- b) Correção de eventuais vícios construtivos identificados dentro do prazo de garantia contratual;
- c) Atendimento a notificações do município contratante relativas a falhas executivas, recalques, fissuras prematuras ou problemas de drenagem decorrentes de execução inadequada;
- d) Fornecimento de documentação técnica completa (as built, relatórios de controle tecnológico, memoriais e registros fotográficos), subsidiando futuras intervenções de manutenção pelo município;
- e) Execução de serviços com controle tecnológico rigoroso, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas precoces.

Após o término do período de garantia, a manutenção ordinária das vias e dispositivos implantados passa a integrar as rotinas administrativas do município, sendo

a qualidade da execução inicial determinante para a redução de custos públicos ao longo do tempo.

## **5.6. DISPOSIÇÃO FINAL**

A disposição final, no contexto de obras e serviços de engenharia, refere-se principalmente à gestão dos resíduos gerados durante a execução contratual e ao tratamento ambientalmente adequado de materiais removidos ou substituídos.

Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) Destinação ambientalmente adequada de resíduos da construção civil, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e com as resoluções do CONAMA;
- b) Reaproveitamento técnico de material fresado (RAP), quando viável, como prática de sustentabilidade e racionalização de recursos;
- c) Transporte e descarte de resíduos em áreas licenciadas, com apresentação de comprovantes de destinação final;
- d) Recuperação de áreas de apoio e canteiros provisórios ao término da obra;
- e) Adoção de medidas mitigadoras de impactos ambientais, incluindo controle de poeira, ruído e erosão.

A adequada gestão da etapa final do ciclo de vida, especialmente no que se refere aos resíduos e à sustentabilidade ambiental, assegura conformidade normativa, responsabilidade socioambiental e alinhamento aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

A análise do ciclo de vida do objeto demonstra que a solução adotada, contratação regionalizada de serviços de engenharia sob Sistema de Registro de Preços, com observância de normas técnicas, controle tecnológico rigoroso e gestão ambiental adequada, maximiza a vantajosidade da contratação, promove durabilidade das intervenções, reduz custos futuros de manutenção e assegura sustentabilidade e eficiência administrativa, em plena consonância com a legislação vigente e com os princípios da contratação pública sustentável.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os serviços de engenharia a serem contratados deverão observar integralmente os projetos básicos e executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais elementos técnicos constantes deste processo licitatório e dos anexos ao edital, em estrita conformidade com as normas técnicas brasileiras vigentes (ABNT, DNIT, INMETRO, etc.) e com a legislação aplicável.

Todos os materiais a serem empregados na execução deverão ser novos, de primeira qualidade, certificados pelos órgãos competentes, e atender aos padrões de desempenho, resistência e durabilidade estabelecidos nos projetos e nas normas técnicas. Não serão admitidos materiais usados, recuperados ou de qualidade inferior à especificada.

Poderão participar desta licitação empresas ou consórcios de empresas, regularmente constituídos no País, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, comprovadamente especializados na execução de obras e serviços de engenharia compatíveis com o objeto desta licitação e que atendam a todas as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis.

A contratação pressupõe o pleno conhecimento das condições de habilitação e de execução previstas no edital e anexos, inclusive os requisitos técnicos detalhados constantes dos projetos e folhas de dados. A manutenção das condições de habilitação fiscal, trabalhista e técnica será acompanhada pelo Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCOP-MT, ao longo da vigência contratual.

Para fins de habilitação técnica, as licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta, os seguintes documentos e comprovações:

- a) Comprovação de Qualificação Técnico-Operacional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução, de forma satisfatória, de obras ou serviços de engenharia de características semelhantes, quantitativa e qualitativamente, ao objeto desta licitação, nos termos dos arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Comprovação de Qualificação Técnico-Profissional, mediante apresentação de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, vinculada a profissional de nível superior, legalmente habilitado perante o CREA/CAU, que comprove experiência em cargo ou função técnica compatível com as parcelas de maior relevância da obra;
- c) Ensaios laboratoriais e relatórios técnicos, quando exigidos, emitidos por laboratórios acreditados (RBC/INMETRO ou credenciados pelo DNIT), comprovando que os materiais a serem utilizados atendem aos padrões técnicos exigidos (ex.: CBR, granulometria, teor de ligante, resistência do concreto, entre outros);
- d) Comprovação de estrutura operacional no âmbito do Estado de Mato Grosso, incluindo disponibilidade de equipamentos, instalações e equipes técnicas adequadas à execução simultânea dos serviços em diferentes municípios, quando exigido;
- e) Apresentação de metodologia executiva, cronograma físico-financeiro e demais elementos técnicos complementares, conforme definido no edital, para aferição da capacidade da empresa em executar os serviços conforme os padrões requeridos.

Todas as exigências técnicas e de habilitação acima descritas têm por objetivo assegurar a contratação de empresas aptas a garantir a qualidade, a segurança, a durabilidade e a economicidade das obras públicas, alinhando-se aos princípios da eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa (art. 11 da Lei nº 14.133/2021).



### **6.1. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO EMPRESARIAL**

Considerando a natureza técnica e a elevada complexidade logística envolvidas na execução simultânea de obras e serviços de engenharia em diversos municípios consorciados, este Termo de Referência reconhece a pertinência e conveniência da previsão, no edital, da possibilidade de participação de empresas sob a forma de consórcio, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

A formação consorcial entre licitantes constitui instrumento legítimo de ampliação da competitividade, permitindo a soma de capacidades técnicas, operacionais e financeiras que, individualmente, poderiam não satisfazer integralmente os requisitos de habilitação ou não alcançar a eficiência necessária à execução integral do objeto contratual.

A medida prestigia, portanto, a ampla participação no certame e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas, sem prejuízo da observância das exigências legais, especialmente quanto à comprovação da responsabilidade solidária entre as consorciadas e à vedação de participação simultânea, individual e consorciada, de um mesmo licitante.

Tendo em vista a dimensão territorial, o volume contratual e a multiplicidade de frentes de execução, será exigido que o consórcio vencedor comprove possuir estrutura operacional instalada ou passível de imediata implantação no Estado de Mato Grosso, incluindo:

- Disponibilidade de equipamentos, usinas e maquinário compatíveis com a natureza e extensão dos serviços a serem executados;
- Equipes técnicas e operacionais em quantidade e qualificação adequadas à execução simultânea das obras em diferentes municípios;
- Comprovação, por meio de atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, acompanhados das respectivas ARTs, de experiência pregressa das consorciadas em serviços de características e vulto similares aos licitados;
- Atendimento integral às normas técnicas aplicáveis à engenharia civil, bem como às exigências legais e regulamentares específicas do objeto.

A formação consorcial deverá observar rigorosamente as disposições do edital e da legislação, sendo vedada a participação de empresas consorciadas de forma isolada no mesmo certame, e devendo constar do instrumento de constituição a indicação da empresa líder, bem como a responsabilidade solidária das consorciadas pela execução do contrato.

### **6.2. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Nos termos dos arts. 67, §1º e §2º, e 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida das licitantes a comprovação de qualificação técnico-profissional relativa às parcelas de maior relevância técnica do objeto, de modo a assegurar que a execução das obras seja conduzida por profissionais legalmente habilitados e detentores de acervo técnico compatível com a natureza e a complexidade dos serviços a serem executados.

A comprovação deverá ser realizada mediante a indicação nominal de profissional(is) de nível superior ou médio, devidamente registrado(s) no CREA/CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica que demonstrem experiência anterior em serviços de características e quantitativos semelhantes aos das parcelas de maior relevância técnica, acompanhados das respectivas ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica).

Para aferição da compatibilidade, poderá ser exigida a comprovação de quantitativos de até 25% (vinte e cinco por cento) dos itens de valor significativo do objeto, em conformidade com o §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão):

- Estar formalmente vinculado(s) à empresa licitante ou ao consórcio, por meio de vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços, vigente no momento da contratação;
- Assumir a responsabilidade técnica pela execução da obra ou serviço, emitindo a ART correspondente ao contrato;
- Possuir acervo técnico compatível com a especialidade técnica da parcela de maior relevância (por exemplo, pavimentação, drenagem ou obras de arte especiais), quando aplicável.

No caso de consórcios, cada consorciada poderá apresentar profissional próprio ou um único profissional poderá atender a todas, desde que os requisitos legais sejam integralmente cumpridos, conforme previsão do edital.

Essa exigência visa assegurar que os serviços sejam executados sob a responsabilidade direta de profissionais experientes, garantindo qualidade técnica, segurança, aderência às normas legais e mitigação de riscos contratuais.

### **6.3. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA**

Inicialmente, cumpre destacar que a exigência encontra previsão expressa no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, constituindo faculdade legal da Administração, desde que devidamente motivada, o que foi rigorosamente observado no presente certame.

No caso concreto, a exigência não foi adotada de forma genérica ou arbitrária, mas sim em razão das peculiaridades do objeto licitado, notadamente:

- A adoção do critério de julgamento por maior desconto sobre a Tabela SINAPI;

- A reconhecida defasagem temporal da tabela em relação ao mercado;
- O histórico de descontos excessivos (aproximadamente 40%) em certames similares;
- E a natureza continuada, variável e sob demanda dos serviços.

Esse conjunto de fatores eleva significativamente o risco de apresentação de propostas inexequíveis ou artificiais, bem como de comportamentos oportunistas, como desistência do licitante vencedor ou recusa em assinar o contrato.

Nesse contexto, a garantia de proposta configura medida legítima de gestão de riscos, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, sendo instrumento adequado para assegurar a seriedade das propostas e a estabilidade do certame.

Importante ressaltar que:

- O valor exigido observa rigorosamente o limite legal de até 1% do valor estimado, sendo, portanto, mínimo e proporcional;
- São admitidas todas as modalidades legais de garantia, não havendo restrição quanto à forma de prestação;
- A garantia é devolvida aos licitantes, nos termos da legislação;
- Sua execução ocorre apenas em hipóteses excepcionais, vinculadas à conduta do licitante.

Ademais, o entendimento do Tribunal de Contas da União é pacífico no sentido de que a Administração deve adotar medidas preventivas para evitar propostas inexequíveis e assegurar a viabilidade da contratação, sendo legítima a imposição de exigências proporcionais e justificadas para proteção do interesse público.

A exigência de garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, mostra-se tecnicamente necessária e juridicamente adequada no presente certame, especialmente em razão das peculiaridades do modelo de contratação adotado, qual seja, julgamento pelo maior desconto sobre a Tabela SINAPI (referência Mato Grosso).

Conforme evidenciado no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação envolve serviços de manutenção predial sob demanda, com remuneração baseada em composições e insumos da Tabela SINAPI, a qual, por sua própria natureza metodológica, apresenta defasagem temporal em relação aos preços efetivamente praticados no mercado, estimada, em média, entre 2 (dois) e 3 (três) meses.

Esse fator, aliado ao critério de julgamento por maior desconto, incentiva a apresentação de propostas com elevados percentuais de desconto, muitas vezes descolados da realidade econômico-financeira da execução contratual.

Registre-se, inclusive, que em procedimentos licitatórios anteriores com objetos semelhantes, posteriormente suspensos, foram observados descontos da ordem de 40% (quarenta por cento) sobre a tabela de referência, evidenciando risco concreto de comportamento oportunista por parte dos licitantes.

### **6.3.1. RISCO ESPECÍFICO DO MODELO DE MAIOR DESCONTO SOBRE SINAPI**

A conjugação dos seguintes fatores potencializa o risco do certame:

- Defasagem da Tabela SINAPI em relação ao mercado;
- Critério de julgamento por maior desconto;
- Natureza continuada e sob demanda do objeto;
- Ampla variabilidade dos serviços e insumos.

Esse cenário pode resultar em:

- Apresentação de propostas inexequíveis ou artificialmente agressivas;
- Participação de licitantes sem capacidade real de execução;
- Desistência do vencedor após a fase competitiva;
- Recusa em assinar contrato ou em apresentar documentação;
- Posterior inadimplemento contratual ou execução deficiente.

### **6.3.2. FUNDAMENTAÇÃO PELA GESTÃO DE RISCOS (ART. 18 DA LEI 14.133)**

Nos termos do art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve identificar e tratar os riscos da contratação ainda na fase de planejamento.

No presente caso, a exigência de garantia de proposta constitui medida preventiva essencial, atuando diretamente na mitigação dos seguintes riscos:

<b>Risco</b>	<b>Impacto</b>	<b>Mitigação pela Garantia</b>
Desconto excessivo e inexequível	Alto	Desestimula propostas irresponsáveis
Desistência do vencedor	Alto	Execução da garantia (art. 58, §3º)
Recusa em assinar contrato	Alto	Mecanismo coercitivo financeiro
Participação especulativa	Médio/Alto	Filtra licitantes sem capacidade real
Frustração do certame	Alto	Aumenta confiabilidade do resultado

### **6.3.3. ADEQUAÇÃO, PROPORCIONALIDADE E LEGALIDADE**

A medida mostra-se:

- Adequada: pois atua diretamente sobre o risco identificado (propostas artificiais em modelo de maior desconto);
- Necessária: diante do histórico concreto do objeto (descontos elevados e comportamento oportunista);
- Proporcional: uma vez que limitada a até 1% do valor estimado, conforme §1º do art. 58;

- Não restritiva: não compromete a competitividade, pois é prática admitida na legislação e usual em contratações de risco elevado.

Além disso:

- A garantia será devolvida aos licitantes, nos termos do §2º do art. 58;
- Sua execução ocorrerá apenas nas hipóteses legais (§3º), preservando a segurança jurídica;
- Pode ser prestada nas modalidades do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Diante das características específicas do objeto — especialmente o modelo de remuneração por desconto sobre tabela pública com defasagem temporal — e do histórico concreto de descontos elevados observados em certames similares, conclui-se que a exigência de garantia de proposta:

- É tecnicamente indispensável para assegurar a seriedade das propostas;
- Mitiga riscos relevantes previamente identificados no planejamento;
- Protege a Administração contra comportamentos oportunistas e propostas inexequíveis;
- Contribui diretamente para a seleção da proposta mais vantajosa e exequível.

Assim, sua previsão no edital configura medida alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, segurança jurídica e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **6.4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, como um de seus objetivos, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 11, inciso IV:

*“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:  
[...]*

*IV – incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.”*

Em observância a esse princípio, e em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com a Resolução CONAMA nº 307/2002, e com as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5ª edição, CGU, 2022), deverão ser adotadas, sempre que tecnicamente viáveis, práticas sustentáveis na execução dos serviços de engenharia, abrangendo desde a seleção de materiais e técnicas construtivas até a destinação final dos resíduos gerados.

Em especial, exige-se das contratadas:

- Utilização prioritária de materiais certificados ou de menor impacto ambiental, tais como: agregados reciclados ou provenientes de fontes



licenciadas, asfaltos modificados com adições sustentáveis, cimentos com adições pozolânicas, madeiras com origem legal (DOF/FSC), entre outros insumos com comprovação de procedência ambientalmente regular;

- Controle rigoroso de insumos potencialmente poluentes, incluindo tintas, solventes, combustíveis e aditivos químicos, observando-se as normas ambientais e de saúde ocupacional aplicáveis, de modo a reduzir emissões e contaminações;
- Adoção de técnicas construtivas que favoreçam a durabilidade, manutenção e reabilitação da infraestrutura, evitando demolições precoces e privilegiando soluções reversíveis e materiais de longa vida útil, contribuindo para a redução do ciclo de descarte e reaproveitamento futuro;
- Elaboração e execução de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme Resolução CONAMA nº 307/2002 e legislação correlata, contemplando segregação, armazenamento, transporte, destinação final e reaproveitamento de resíduos, com prioridade para reciclagem e reutilização;
- Minimização das emissões de gases de efeito estufa associadas à logística da obra, mediante planejamento de transporte racionalizado, uso de usinas e equipamentos regionais, rotas otimizadas e práticas de controle de pegada ambiental;
- Comprovação documental de que os critérios de sustentabilidade foram observados, por meio de licenças ambientais, relatórios técnicos, certificações de materiais, documentos de destinação de resíduos (MTR/SINIR) e demais instrumentos definidos em edital.

A observância desses critérios será considerada condição essencial para o atendimento contratual, contribuindo para a promoção de obras públicas eficientes, ambientalmente responsáveis e alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

## **7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação foi definido com base nos quantitativos constantes dos projetos básicos e executivos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias integrantes deste Termo de Referência, bem como na pesquisa de preços realizada nos termos da Resolução nº 004/2025 do CINCOP-MT e do art. 23, caput e §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para a estimativa, foram utilizadas composições de custos oriundas das tabelas oficiais SINAPI/SICRO, atualizadas para a região de execução, bem como levantamentos de mercado e memoriais de cálculo das principais parcelas de serviços, de forma a refletir valores praticados de maneira realista e regionalizada.

Totalizando o valor estimado de **R\$ 3.219.279.289,73 (três bilhões, duzentos e dezenove milhões, duzentos e setenta e nove mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos).**

## **8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução das obras e serviços de engenharia, objeto do presente certame, correrão à conta de dotações orçamentárias específicas dos orçamentos de cada Órgão Participante, referentes ao exercício de 2026 e seguintes, de acordo com as respectivas disponibilidades financeiras e programação orçamentária.

Nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, caberá a cada Órgão Participante, no momento da contratação e/ou do empenhamento, indicar a classificação orçamentária completa, incluindo a fonte de recursos, a natureza da despesa e o elemento de despesa correspondente, observando sua legislação orçamentária própria.

O Consórcio CINCOP-MT, na qualidade de órgão gerenciador, não executará despesas decorrentes da contratação, limitando-se às atribuições de planejamento, condução do certame licitatório e gerenciamento da ata de registro de preços, nos termos da regulamentação vigente.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Através da licitação compartilhada a ser realizada na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, e auxiliada pelo Sistema de Registro de Preços, devidamente regulamentado pela Resolução nº 002/2025 do CINCOP-MT, será selecionado como fornecedor de cada item aquele que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR LOTE, modo de disputa ABERTO, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e do art. 34, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, desde que atendidas às exigências e disposições das folhas de dados, deste Termo de Referência e do Edital a ser publicado.

### **9.1. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS**

Nos termos do art. 17, § 3º, e do art. 41, inciso II, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública pode exigir a apresentação de amostras previamente à adjudicação, quando necessário à comprovação da adequação da proposta às especificações técnicas estabelecidas no edital.

Entretanto, considerando a natureza do objeto licitado, obras e serviços de engenharia de elevada complexidade técnica e logística, verifica-se que a exigência de amostras não se mostra pertinente nem proporcional para este certame, pelos seguintes motivos:

- **Incompatibilidade técnica:** a aferição da conformidade das propostas dar-se-á com base em projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e metodologias executivas, documentos estes que permitem exame detalhado da adequação do objeto à solução prevista, tornando desnecessária a apresentação física ou eletrônica de amostras;
- **Complexidade e inviabilidade prática:** os serviços de engenharia não se prestam à apresentação de amostras representativas que traduzam, de forma fidedigna, as condições de execução integral do objeto contratual;

- **Custo elevado e ônus desproporcional:** a confecção de amostras em obras de infraestrutura representa custos consideráveis para os licitantes, podendo **restringir a competitividade** e afastar potenciais participantes, em afronta aos princípios da isonomia, da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa;
- **Mecanismos substitutivos adequados:** a Administração dispõe de instrumentos técnicos mais eficazes para verificação da conformidade, como análise documental minuciosa, exigência de atestados de capacidade técnica, ARTs, visitas técnicas (quando cabíveis) e fiscalização rigorosa durante a execução.

Diante desse contexto, e em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), fica dispensada a exigência de apresentação de amostras para este certame.

A aferição da conformidade das propostas será realizada mediante análise documental e técnica, conforme parâmetros estabelecidos no Termo de Referência e no Edital, resguardando plenamente a segurança jurídica e a adequada execução contratual.

## **9.2. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA**

Em observância ao disposto no art. 4º, caput, da Lei Federal n. 14.133/2021, serão concedidas às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) as prerrogativas previstas em lei de empate ficto e saneamento de eventual restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar Federal n. 123/2006:

*“Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.*

*Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.*

*§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

*§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.*

*Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.*

*§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.*

*§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.*

*Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:*

*I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;*

*II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;*

*III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

*§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.*

*§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.*

*§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.”.*

Ressalta-se que, nos termos do art. 4º, §§ 1º a 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021, o tratamento diferenciado para ME e EPP não é aplicável nas contratações que possuam item com valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP ou cuja soma dos contratos celebrados no ano-calendário de realização da licitação a superem.

*“Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

*§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:*

*I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;*

*II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

*§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.*

*§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.”*

Destaca-se que estas disposições já constituem cláusulas-padrão dos editais do CINCOP-MT, nos seguintes termos:

*“Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/06, o(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP, desde que tenha o fornecedor tenha declarado esta opção no Licitanet. Após o desempate, poderá o(a) Pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública. Se aceita a referida diminuição para o valor estimado, será declarada Vencedora no Pregão, do contrário, poderá ser negociado valor com as empresas subsequentes. [...]*

*As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do Contrato, na forma das Leis Complementares Federais nº 123/06 e 147/2014.*

*A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.”*

Ainda, observa-se que as disposições da Lei Complementar Federal n. 123/2006 visam ampliar a participação das ME e EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica delas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente processo administrativo licitatório como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a administração, para realizar a leitura de seus dispositivos.

Nesse escopo interpretativo, insere-se os arts. 47 a 49 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, os quais assim dispõem:

*“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional,*



a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. *Parágrafo único.* No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II – poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III – deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Art. 49. **Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:**

I – (Revogado);

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – **o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;**

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.”. [grifo nosso]

Verifica-se que o legislador previu a aplicação do tratamento diferenciado, em especial a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP e o estabelecimento de cota de até 25% do objeto para a contratação destas, mas não o fez de forma absoluta, prevendo, no art. 49, situações em que o interesse público, manifestado, entre outros, nos princípios da competitividade, da economicidade e da eficiência, impõe que se afastem estas peculiaridades.

No presente processo licitatório, torna-se imperativo, portanto, afastar a aplicação das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006 em razão da manifesta desvantagem gerada à administração pública e do prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, nos termos do art. 49, inciso III, do referido diploma legal.

Em especial nas licitações compartilhadas do CINCOP-MT, das quais participam vários municípios do Estado de Mato Grosso, faz-se necessário considerar que a contratação abarca a possibilidade de fornecimento a todos os consorciados, visando a obtenção de uma maior economicidade, dada a possibilidade de diluição dos custos dentro de cada item previsto no edital, através do ganho de escala, racionalidade administrativa e otimização de processos repetitivos. Assim, a divisão do objeto para estabelecimento de cota para ME e EPP e a formação de itens em lotes de valor inferior a R\$80.000,00 mostram-se extremamente desvantajosas para a administração, em razão da redução de escala e consequente perda de economicidade, desvirtuando-se, inclusive, a própria razão para a realização de licitações compartilhadas pelo CINCOP-MT.

Importante considerar também que as empresas vencedoras da licitação devem possuir capacidade para fornecer seus bens ou serviços, o que inclui entrega, logística e custos operacionais em todo o território mato-grossense e, de forma individual, em cada um dos municípios consorciados, visto que o CINCOP-MT é uma autarquia interfederativa com abrangência estadual, inviabilizando a formação de lotes de pequeno valor para a participação dessas empresas sem que ocorra perda de economicidade na licitação compartilhada.

Assim, devidamente justificado, estão asseguradas as prerrogativas da ME e EPP no presente processo administrativo licitatório, com exceção das disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar Federal n. 123/2006.

Todavia, o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006 não será concedido no presente processo, conforme previsão no ETP, eis que os seus valores estimados são superiores à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021.

## **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021 e no art. 4, § 2º, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante, não lhe sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 7, da Resolução nº 001/2025 do CINCOP-MT e do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.

A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra, conforme disposto em Resolução.

### **10.1. ENTREGA DO OBJETO**

A execução dos serviços contratados terá início mediante a emissão de Ordem de Serviço (OS) ou documento equivalente, expedido pelo Órgão Participante contratante, que estabelecerá a data de início da execução e demais condições operacionais.

Os prazos de execução observarão rigorosamente o Cronograma Físico-Financeiro aprovado e integrante do contrato, elaborado com base na complexidade e natureza da obra, bem como nas condições logísticas específicas de cada localidade. Os prazos poderão variar conforme as características técnicas de cada empreendimento, devendo a contratada assegurar o cumprimento integral das metas estabelecidas.

Toda a logística de mobilização de pessoal, equipamentos, insumos e materiais necessários à execução dos serviços será de inteira responsabilidade da contratada, que deverá garantir a adequada armazenagem e conservação dos insumos em canteiro, a conformidade com as normas de segurança do trabalho e de engenharia aplicáveis, bem como o fiel atendimento aos projetos, especificações técnicas e demais documentos contratuais.

Durante a execução contratual, caberá à contratada:

- Mobilizar e instalar os canteiros de obras conforme as normas técnicas e ambientais;
- Cumprir as exigências relativas à segurança do trabalho e à sinalização da obra;
- Executar os serviços conforme os projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis;
- Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à completa execução do objeto, inclusive encargos de transporte e armazenagem;
- Manter responsável técnico habilitado no local da obra durante todo o período de execução;
- Garantir a correção de eventuais vícios ou falhas constatados durante o prazo de garantia legal ou contratual, mediante manutenção corretiva tempestiva.

Nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento provisório e definitivo será realizado pelo órgão participante contratante. O recebimento provisório ocorrerá de forma sumária, pelo fiscal ou gestor designado, com verificação posterior da conformidade da execução contratual com os projetos, especificações e demais obrigações. O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, após a vistoria final e a correção de eventuais pendências.

A obra ou serviço poderá ser rejeitado total ou parcialmente se estiver em desacordo com o contrato, o edital, os projetos ou as especificações técnicas, sem prejuízo das sanções aplicáveis

## **10.2. GARANTIA DO OBJETO**

Os serviços de engenharia e as obras executadas no âmbito deste certame estarão sujeitos a garantia legal e contratual, conforme o disposto na legislação civil e na Lei Federal nº 14.133/2021.

Nos termos do art. 618 do Código Civil, o empreiteiro responde, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança da obra, tanto em relação aos materiais empregados quanto à execução, contados a partir do recebimento definitivo. A responsabilidade se estende a eventuais vícios ocultos, defeitos estruturais, falhas de execução, patologias construtivas ou outros problemas que comprometam a integridade, funcionalidade, desempenho ou durabilidade da obra.

Caso a contratada ofereça prazo de garantia superior ao mínimo legal, este se tornará vinculante, integrando as obrigações contratuais, nos termos da proposta apresentada.

Durante o período de garantia, a contratada obriga-se a executar, às suas expensas, todos os serviços necessários à correção de falhas ou vícios detectados, incluindo:

- Diagnóstico técnico das causas da ocorrência;
- Execução integral dos reparos, correções ou substituições dos elementos afetados;
- Fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e deslocamentos;
- Restabelecimento das condições originais de desempenho da obra, sem ônus para a Administração.

A contratada terá prazo definido em edital e contrato para iniciar e concluir os reparos, a contar da notificação formal do órgão contratante. Este prazo deverá ser compatível com a natureza da ocorrência e poderá ser reduzido em casos emergenciais, de modo a evitar prejuízo ao uso da edificação ou à segurança de pessoas e bens.

Independentemente do prazo de garantia contratual, a contratada permanecerá responsável pelos vícios ocultos que venham a se manifestar dentro do prazo legal, conforme disposto no art. 619 do Código Civil.

A Administração poderá executar diretamente ou contratar terceiros para execução dos reparos, à custa da contratada, caso esta não atenda à notificação no prazo estipulado, sem prejuízo das demais sanções previstas.

## **11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços oriunda do presente certame serão formalizadas exclusivamente por meio do Sistema de Gestão de Serviços e Contratos Públicos do CINCOP-MT, disponível no endereço eletrônico <https://cincop.mt.gov.br>, observada a autonomia e responsabilidade de cada Órgão Participante para definir o momento e a justificativa da contratação, de acordo com sua disponibilidade orçamentária, necessidade e prazo de vigência da Ata.

A decisão de contratar é de competência exclusiva do Órgão Participante, não cabendo ao Órgão Gerenciador qualquer ingerência sobre a oportunidade ou conveniência dessa decisão.

Nos termos do art. 41 da Resolução nº 002/2025 do CINCOP-MT, o Órgão Gerenciador está autorizado a aplicar penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata ou das obrigações contratuais assumidas perante os órgãos

participantes, assegurados o contraditório e a ampla defesa. As multas aplicadas em decorrência de contratações vinculadas à Ata pertencem ao Órgão Participante, cabendo-lhe o lançamento, a cobrança e o registro da receita, após comunicação da decisão proferida em processo administrativo pelo Órgão Gerenciador.

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Órgão Participante deverá designar fiscal de contrato e representante da Administração para o acompanhamento e fiscalização da execução das obras ou serviços de engenharia contratados. Esses agentes atuarão conforme os requisitos previstos nos arts. 117 a 119 do mesmo diploma legal, devendo possuir atribuições compatíveis com a natureza técnica do objeto.

A vinculação do fiscal e do representante da Administração deverá ocorrer no ato de formalização do instrumento contratual ou da emissão da Ordem de Serviço (OS), assegurando sua ciência e responsabilização pelos atos de fiscalização.

Nos termos do art. 15, inciso XIV, da Resolução nº 003/2025 do CINCOP-MT, caberá ao gestor do contrato a elaboração do relatório final de execução, previsto no art. 174, §3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, contendo as informações técnicas, administrativas e financeiras obtidas durante a execução, como forma de subsidiar o aprimoramento das práticas de gestão da Administração Pública.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **12.1. MEDIÇÃO**

A execução dos serviços e/ou obras será acompanhada, medida e atestada pela fiscalização designada pelo Órgão Participante, conforme preceitua o art. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os pagamentos serão realizados com base em medições físicas da execução contratual, devidamente aferidas em campo e aprovadas pela fiscalização técnica, considerando-se o percentual efetivamente executado em relação ao cronograma físico-financeiro aprovado.

As medições deverão ser apresentadas em boletins de medição (BM) contendo, no mínimo:

- Identificação do contrato, do lote e da etapa executada;
- Quantitativos executados, em conformidade com o projeto e especificações técnicas;
- Correspondência com os serviços previstos no cronograma físico-financeiro;
- Assinatura do responsável técnico da contratada;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), quando aplicável.

Após a conferência e aceite pela fiscalização, a medição será submetida ao setor competente do Órgão Participante para fins de liquidação e pagamento.

Não serão aceitos boletins de medição que apresentem divergências entre os serviços executados e aqueles efetivamente previstos no instrumento contratual, no projeto ou nas especificações técnicas.

Para fins de pagamento, observar-se-á:



- O pagamento será proporcional aos serviços efetivamente executados e aceitos;
- Eventuais serviços executados em desconformidade deverão ser corrigidos pela contratada, às suas expensas, não gerando direito a pagamento adicional;
- Serviços não previstos só poderão ser medidos e pagos mediante prévia autorização formal da Administração, com a devida justificativa técnica.

A medição final será realizada após a conclusão integral dos serviços contratados e servirá de base para o **recebimento definitivo**, nos termos do art. 140, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 12.2. PAGAMENTO

O pagamento decorrente da execução dos serviços será realizado pelo Órgão Participante diretamente à contratada, mediante crédito em conta corrente de sua titularidade, previamente cadastrada e compatível com o CNPJ informado na fase de habilitação, em conformidade com as normas fiscais e financeiras vigentes.

Os pagamentos serão efetuados com base em medições mensais (ou por etapa definida no cronograma físico-financeiro), correspondentes aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização, conforme previsto no art. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cada boletim de medição deverá estar acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML, que deverão conter exatamente os valores medidos e aprovados. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de atesto da medição pela fiscalização e do protocolo da documentação fiscal regular, observados os trâmites internos do órgão participante.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendências financeiras ou técnicas, penalidades aplicadas e não quitadas, ou descumprimento contratual, sem que isso gere direito à correção monetária ou pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Serão efetuadas, quando cabíveis, as retenções legais e contratuais previstas na legislação tributária e trabalhista, bem como aquelas relativas a garantias contratuais, encargos previdenciários ou outras exigências específicas da contratação.

Eventual diferença ou glosa identificada pela fiscalização técnica ou pela unidade gestora deverá ser regularizada pela contratada antes da liberação dos pagamentos subsequentes.

Cuiabá - MT, 02 de abril de 2026.

ORDENADOR DE DESPESAS	CONTABILIDADE
Levi Ribeiro Presidente Do CINCO-MT	Adriana Ribas Trevizoli Contadora
<b>SOLICITANTE</b>	<b>RESPONSÁVEL PELA CESTA DE PREÇOS</b>

Hélio Schneider Paulus Neto  
Secretário Executivo do CINCOP-MT

Planejamento de Licitações e Compras do CINCOP-MT

